

2.1

Os dilemas da “civilização” sob o olhar do professor indígena Domingos Ramos Pacó, na transição para a República.*1

Izabel Missagia de Mattos*2

RESUMO

Este ensaio examina a trajetória de Domingos Ramos Pacó (1867-1935), testemunha de fundação, construção, êxitos, declínio e extinção da missão capuchinha entre os *Borum* (Botocudos), denominada Aldeamento Central Nossa Senhora dos Anjos do Itambacuri, estabelecido na Província de Minas em 1873. Neto do influente chefe indígena Pohóc e filho do intérprete e mediador “língua” Félix Ramos, pioneiro baiano, Pacó atuou como professor bilíngue e secretário ecônomo do estabelecimento, onde pôde presenciar as diversas transformações socioambientais ocorridas naquele contexto de virada de século e de transição de regime político no país. Autor de um importante manuscrito contendo os principais fatos relacionados à memória dos povos indígenas ali situados, e que oferece importantes chaves para a compreensão da organização social e da percepção dos indígenas açodados pela missão “civilizatória”, bem como para o preenchimento de importantes lacunas no conhecimento historiográfico sobre a formação da nacionalidade e os destinos das terras e dos povos no Brasil republicano.

PALAVRAS-CHAVE

Botocudos
Borum
Capuchinhos
Formação da nacionalidade

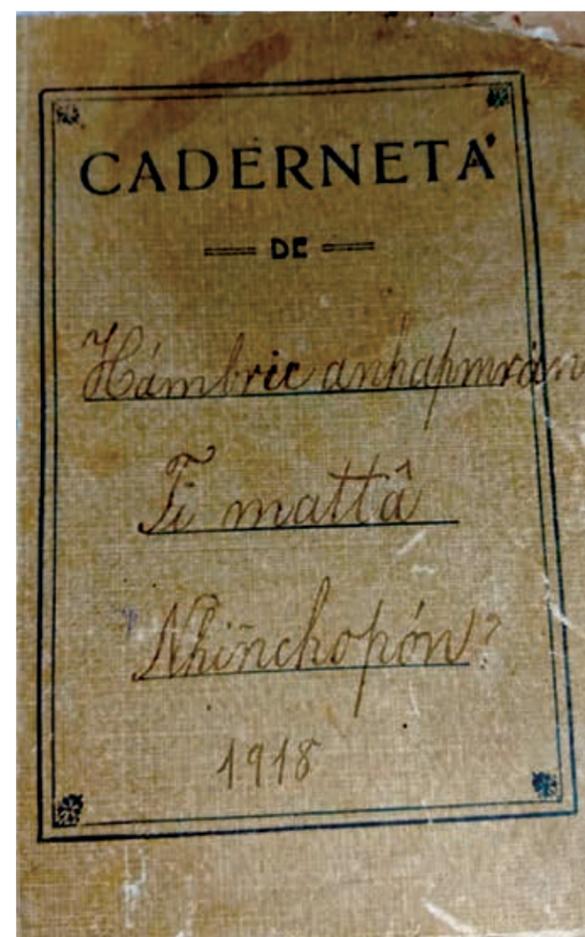
*1 Agradeço aos familiares de Domingos Ramos Pacó e aos colegas e parceiros da Universidade Federal dos Vales do Rio Doce e Jequitinhonha que viabilizaram a realização do projeto de pesquisa “Memórias e Paisagens do Aldeamento do Itambacuri e Região de Influência”, financiado pela FAPERJ, pelas frutíferas e agradáveis incursões a campo entre os anos 2014 e 2015.

*2 Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp (2002) com estágio de pós-doutoramento em História na Universidade da Carolina do Norte em Chapel Hill, Estados Unidos (2016-17). Atualmente Professora Associada da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, onde atua como pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

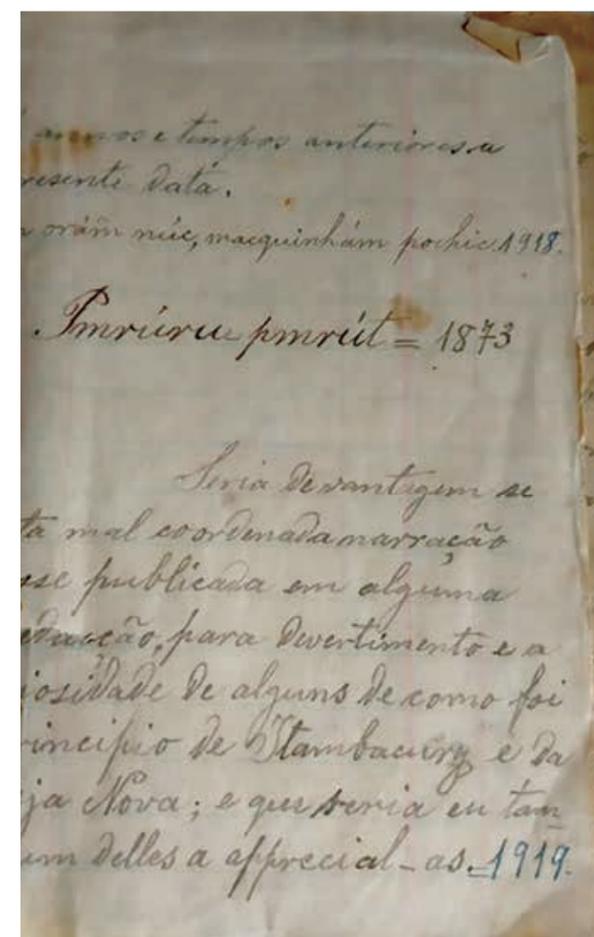
introdução

“ No seu tempo, muitos menores alunos obtiveram conhecimentos úteis a respeito da instrução primária; entre os quais alguns há que ocupam cargos, porém se acanham em dizer que foram instruídos e educados por um professor índio ou indígena; mas não se deve admirar sobre essa frase; porque muitos que aqui existem ainda no Itambacury, quase todos são mistos [...] Perguntando-se a respeito índios e parentescos donde provêm, respondem diversamente excluindo-se fora de suas aldeias para se embrenharem nas senzalas dos índios que vieram da costa e do centro da África, porém a fisionomia e os gestos garantem sempre que descendem da aldeia dos índios, progenitores das nações que ocupavam o Brasil quando desembarcou na América o Almirante Pedro Álvares Cabral em 1500 [...]”

Domingos Ramos Pacó (1914)



Frontispício do Manuscrito:
Uma Pequena Narração ou Origem; de Como foi Descoberto o Itambacuri =1873
Arquivo do Convento do Itambacuri



E

m uma rara ocorrência entre as fontes sobre história indígena no Brasil, um manuscrito em forma de memória sobre as origens de um aldeamento missionário imperial foi redigido pelo professor bilíngue Domingos Ramos Pacó (1867-1935) no ano de 1914.¹

Para enfatizar o protagonismo indígena em todo o processo de criação, instalação, funcionamento e momentos críticos vividos pelos habitantes do Aldeamento Central Nossa Senhora dos Anjos do Itambacuri, bem como para denunciar o apagamento da memória dos povos indígenas em suas narrativas oficiais, o professor incluiu vocábulos diversos, toponímia e expressões típicas de sua querida língua materna

1 Tive contato com três transcrições do mesmo documento, já que a localização do original é desconhecida: o que se encontra no livro organizado por Frei Olavo Timmers, depositado no Arquivo Público Mineiro (APM); o guardado pelos capuchinhos de Itambacuri, cuja cópia me foi fornecida pelo frei Francisco Cerqueira; e um último, em linguagem atualizada e publicada pelo historiador Eduardo Ribeiro (1996), em conformidade com o manuscrito existente no APM. As três versões, quando cotejadas, apresentam pequenas, porém relevantes, diferenças relativas a certas escolhas e/ou compreensão de palavras incertas no texto original. O título em português do manuscrito, por exemplo, consta apenas na cópia fornecida pelos capuchinhos de Itambacuri, autenticada em 1942. Optei por utilizar esta cópia, valendo-me ainda da transcrição atualizada para cotejamento. O Manuscrito contém duas partes: a primeira sobre a origem de Itambacuri, concluída e assinada pelo autor em 1914, e a segunda, um pouco posterior, sobre a origem da localidade Igreja Nova (hoje cidade de Campanário), local de residência de Domingos Pacó e familiares, datada de 1918.

(botocudo ou *Borum*²), cuja escrita chegou a ensinar ao longo dos 19 anos de serviços prestados ao governo imperial como professor do aldeamento dirigido pelos frades capuchinhos italianos Serafim de Gorizia e Ângelo de Sassoferrato.

Este ensaio procura recuperar a biografia do professor por meio de uma narrativa etnográfica dos eventos por ele testemunhados, procurando situá-los nos contextos socioculturais que incluem sua família extensa, em meio a contextos históricos mais amplos. Para isso, serão valiosos, ao lado dos relatos coetâneos – seja do próprio professor ou dos missionários – depoimentos recolhidos em trabalho de campo junto a seus descendentes, que versam sobre sua memória e a do aldeamento missionário capuchinho de Itambacuri.

É importante observar que a região por onde transitou Domingos Pacó pode ser considerada uma *zona fronteiriça (borderland)* por sua composição em camadas de redes sociais e étnicas, que demandam, em seu estudo, abordagens interdisciplinares, como proposto por C. Radding e D. Levin (2019) em recente coletânea sobre este campo de estudo nos mundos ibero-americanos. As redes sobrepostas que compõem a história antropológica da missão do Itambacuri foram também estudadas no contexto das zonas de fronteira

2 *Borum* é o termo utilizado na autodesignação destes povos, em contraste com o epíteto pejorativo Botocudo, a eles atribuído pelos portugueses na nomeação de diversos de seus subgrupos históricos. Com o significado de “gente”, o termo *Borum* serve para designar, no entanto, todos os indivíduos indígenas, ainda que não filiados à mesma família linguística – que pertence ao tronco linguístico e cultural Macro-Jê – em contraste aberto com outros coletivos, de europeus ou afrodescendentes, que recebem outras denominações.

ibero-americanas (MISSAGIA DE MATTOS, 2019)

As lutas por sobrevivência que marcam a vida de nosso herói e de seu povo revelam dificuldades reais com as quais tiveram que lidar cotidianamente muitos atores indígenas na história, nesta e em outras localidades do país. O estudo da trajetória de Pacó permite iluminar processos coetâneos de expropriação da terra indígena e de exploração da mão de obra; de sua eliminação física e cultural por meio de extermínio aberto ou encoberto por “tragédias” naturais, como doenças e fome; referindo-se, enfim, mais amplamente, aos mecanismos de exclusão de indivíduos e de sociedades inteiras da possibilidade de uma condição de cidadania, tendo em vista todo o contexto de formação da nacionalidade.

Estudos historiográficos desse processo de cidadanização precária vêm caracterizando o período em tela como “pós-abolição”,³ cujas características coincidem com a situação examinada por Pacó em seu manuscrito. Sobre essa relação de imbricação dos indígenas do Itambacuri e os “índios que vieram da costa e do centro da África” ao longo da primeira República, nos chama a atenção o próprio Domingos Pacó no trecho em epígrafe.

Para melhor penetrarmos nesses diferentes universos, por vezes se fará necessário ampliar a escala temporal e geográfica da investigação. A voz de Pacó, com efeito, tem sido capaz de ecoar através dos tempos, assim como suas considerações a respeito de tantas transformações nos mundos socioambientais e

3 Ver Mattos e Rios (2004).

simbólicos que testemunhou ao longo de sua vida.⁴

A trajetória deste professor indígena se aproxima, em certa medida, da do bororo Tiago Marques Aipobureu, analisada pelo sociólogo Florestan Fernandes, que visava lançar luzes sobre o tema teórico da “marginalidade”.

Tendo nascido por volta de 1898, o bororo, descendente de chefes pelo lado paterno, havia recebido o nome de Akirio Bororo Keggeu. Por seu destaque nos períodos de educação escolar, passou a ser educado com esmero pelos salesianos, que investiram na tarefa de transformá-lo em “figura de propaganda para as missões”.⁵ Quando contava cerca de 12 anos de idade, no ano de 1910, chegou a viver na Europa por dois anos, tornando-se professor. O professor Tiago Marques não iria corresponder, no entanto, às expectativas dos missionários: sempre exigia, por exemplo, ser reconhecido como um não indígena, inclusive em termos de remuneração. Em não sendo atendido, preferia realizar tarefas ao ar livre, o que o levaria a retornar à vida tribal junto a seus familiares em Sangradouro e Meruri. Desgraçadamente, no entanto, o bororo letrado também decepcionaria os seus por não haver desenvolvido habilidades necessárias a um caçador e guerreiro ao longo do tempo despendido com os estudos. Tiago Marques acabou

4 Com este espírito, Sweet e Nash (1981) produziram uma coletânea de biografias sobre atores indígenas e negros escravizados nos Estados Unidos e na América Latina, na qual destacamos a biografia da Kayapó Damiana da Cruz, catequista e sertanista, produzida pela historiadora Mary Karash. O livro contém biografias de indígenas que marcaram sua época como diplomatas, guerreiros, sacerdotes, entre outras.

5 Baldus (1937, p. 165).

por permanecer no meio do caminho, sem se adaptar à “civilização” ou ao mundo indígena (FERNANDES, 2007 [1946]).

Domingos Pacó, por sua vez, já tinha 7 anos de idade quando da criação do aldeamento em 1873 e da concomitante celebração do casamento de seus pais, logo passando a ser batizado e educado pelos missionários. Segundo ele, em seu manuscrito, seria, por sua destacada inteligência, escolhido como sacristão, secretário ecônomo e professor bilíngue do aldeamento, chegando a ser contratado pelo Governo Provincial aos 14 anos de idade para o cargo que ocuparia, com empenho, por 19 anos.

No tempo em que exercia o ensino primário contava sempre 50 menores indígenas e uns 30 nacionais: o dito ex-professor fala e escreve muito bem a língua brasileira e também fala e escreve a língua indígena, muito se empenhava durante sua profissão, recomendando aos parentes índios que mandassem os filhos a frequentar sempre a escola, e mandava-os ficar a fim de os ensinar a leitura e a moralidade religiosa, propondo sempre aos pais discursos acertadíssimos em língua indígena sobre a moralidade dos bons cidadãos, e terem grande estima e amor aos pais, aos agentes executivos, aos diretores gerais e aos governantes do país; imprimindo em seus corações o amor à pátria, obediência às autoridades, quer civis e eclesiásticas (PACÓ, 1914).

A inconformidade de Domingos Pacó com sua exoneração do posto de professor indígena bilíngue no Aldeamento do Itambacuri, ocorrida no ano da virada do século, está

presente de forma amarga na escrita do manuscrito, quase um manifesto, no qual também acusa os missionários e demais autoridades de apagar, deliberadamente, da história do aldeamento a proeminente participação dos “línguas” no processo de fundação do estabelecimento missionário. Em seu texto ele também questiona a veracidade do discurso republicano que impõe a transformação dos indígenas em nacionais, negando-lhes suas especificidades históricas e culturais, como atesta o trecho em epígrafe.

A participação dos agentes indígenas “práticos” – que atuaram como intérpretes e mediadores entre mundos, denominados “línguas” naquela região – na abertura de territórios para a “civilização” daqueles sertões era reconhecida como indispensável, tanto pelos diretores civis de índios quanto pelos próprios missionários. Figuras geralmente mestiças e incorporadas à teia de parentesco dos subgrupos Botocudo, passaram também a ser identificados por eles como lideranças políticas nos processos de negociação necessários à sua sobrevivência coletiva nos aldeamentos, tanto nos termos de razões práticas quanto simbólicas, relacionadas às ressignificações dos eventos históricos, muitas vezes trágicos, como epidemias e outras mazelas sociais. Considerando ainda as violências e as contradições existentes nas relações interétnicas naquela zona de fronteira, cotidiana e historicamente presenciada pelos indígenas, os agentes interculturais “línguas”, já estabelecidos entre eles, atuaram para a compatibilização dos diferentes mundos, possibilitando as traduções do pensamento indígena sobre a história, na prática cotidiana da “conversão civilizatória”.

O método para a reconstituição histórica e etnográfica aqui ensaiada utiliza o cruzamento de informações provenientes de fontes diversas que, organizadas, conferem inteligibilidade aos contextos que engendraram a obsolescência do ensino bilíngue no aldeamento e acarretaram, entre outras crises, a demissão do professor Pacó, cujo destino pode ser mais bem analisado em conjunto com o de outros sujeitos interculturais ali existentes.

Interpretações sobre as relações interétnicas permitem compreender a trajetória do professor indígena ao mesmo tempo em que também a ultrapassa, já que em sua trajetória atuaram forças estruturadoras – como foram, por exemplo, a ideia de “raça” e a questão fundiária – que caracterizaram o período do pós-abolição e da proclamação da República. A observação de situações dramáticas, como as revoltas ocorridas ao longo da biografia da missão indígena, que se confunde com a de Domingos Pacó, condensa e expõe jogos de forças sócio-históricas contraditórias que as excedem (MISSAGIA DE MATTOS, 2004).

Nos levantamentos da memória oral realizados junto à parentela do professor indígena, por vezes os fatos registrados pareceram destoar daqueles encontrados nas fontes escritas. A simples persistência da memória social sobre eventos presentes na biografia de Domingos Pacó, no entanto, serve para corroborar a magnitude da duração de seus significados. Vívidos na memória de alguns dos descendentes do professor indígena, massacres de grupos inteiros, por exemplo, permaneceram entre os eventos memoráveis sobre o passado dos indígenas na região. Na narrativa oral, os massacres

relatados se assemelham aos eventos registrados nas fontes oitocentistas, embora sejam referentes ao século XX, e serão explorados adiante.

É importante notar que também a professora indígena Delfina Bacán de Aranã, cuja trajetória será brevemente examinada adiante, seria igualmente demitida do aldeamento missionário. Delfina, infelizmente, não chegou a nos legar por escrito seu testemunho, permanecendo dela apenas vestígios na memória de alguns dos moradores da atual cidade de Itambacuri. Duas fotografias da professora indígena me foram apresentadas por um historiador local, atestando a vida solitária e marginal à qual foi condenada após sua demissão (MISSAGIA DE MATTOS, 2004). O destino de Delfina exemplifica o de outras “bugras” consideradas “puras”, que permaneceram como figuras do passado, deslocadas, vagando pelas ruas da cidade, sem família nem residência fixa, praticamente sobrevivendo da “caridade” dos mais afortunados e poderosos.

Neste contexto, outras experiências de vida de indígenas escolarizados se somam à de Pacó e Delfina, a exemplo do bororo Tiago Marques: também, as chamadas “bugrinhas” do orfanato e colégio Santa Clara, fundados posteriormente em Itambacuri, bem como alunos e alunas das escolas indígenas e aprendizado agrícola tornaram-se indivíduos solitários, desvinculados de suas redes sociais de origem, porém não integrados à nova situação social urbana instaurada pelos missionários (MISSAGIA DE MATTOS, 2004).

Falando de si sempre na terceira pessoa, o professor indígena Domingos Pacó, por sua vez, pode revelar sua dor: “Enfim, quando ele

menos esperava, o inimigo lhe atirou pelas costas com a arma da inveja, fazendo com que o premiassem com a demissão, retirando-se o poder, o leme da cadeira do encargo de professor [que] há tantos anos lhe fora confiado”.

Atribuída pelos capuchinhos à “manifesta negligência no cumprimento dos deveres” e “contínuas imprudências”⁶ – “aliás frequentes aos de sua raça” (PALAZZOLO, 1973 [1954], p. 220) – a demissão de Pacó, bem como a de Delfina Aranã, contribui, outrossim, para revelar o movimento de guinada no modelo que passaria a ser adotado para a educação na Colônia Indígena, em que se transformaria aquele antigo Aldeamento dos tempos da monarquia imperial.

Neste novo lugar, a identidade indígena dos habitantes passaria a ser negada desde os primeiros anos escolares para dar lugar à identidade mestiça “nacional”. No entanto, em caso de desacordo com a nova ordem – como foi claramente a postura de Pacó, ao exigir reconhecimento do lugar do indígena na construção do novo espaço “civilizado” e “nacional” – o problema da “raça” incorrigível continuaria a ser alegado para justificar a exclusão dos indígenas.

Esse processo de racialização dos indígenas, concomitante com a narrativa do seu desaparecimento e da negação de suas origens por mérito da “civilização” missionária, permitiu que se confundissem, na visão do professor, o que coincide com a narrativa historiográfica, com as “senzalas dos índios que vieram da costa e do centro da África”.

6 No ano 2000, informava-me Frei Agostinho das Neves, capuchinho da cidade de Itambacuri, Pacó havia sido demitido pelos padres diretores por motivo de alcoolismo.



Figura 2
Delfina B'acán de Aranã | Fonte: Missagia de Mattos | 2004

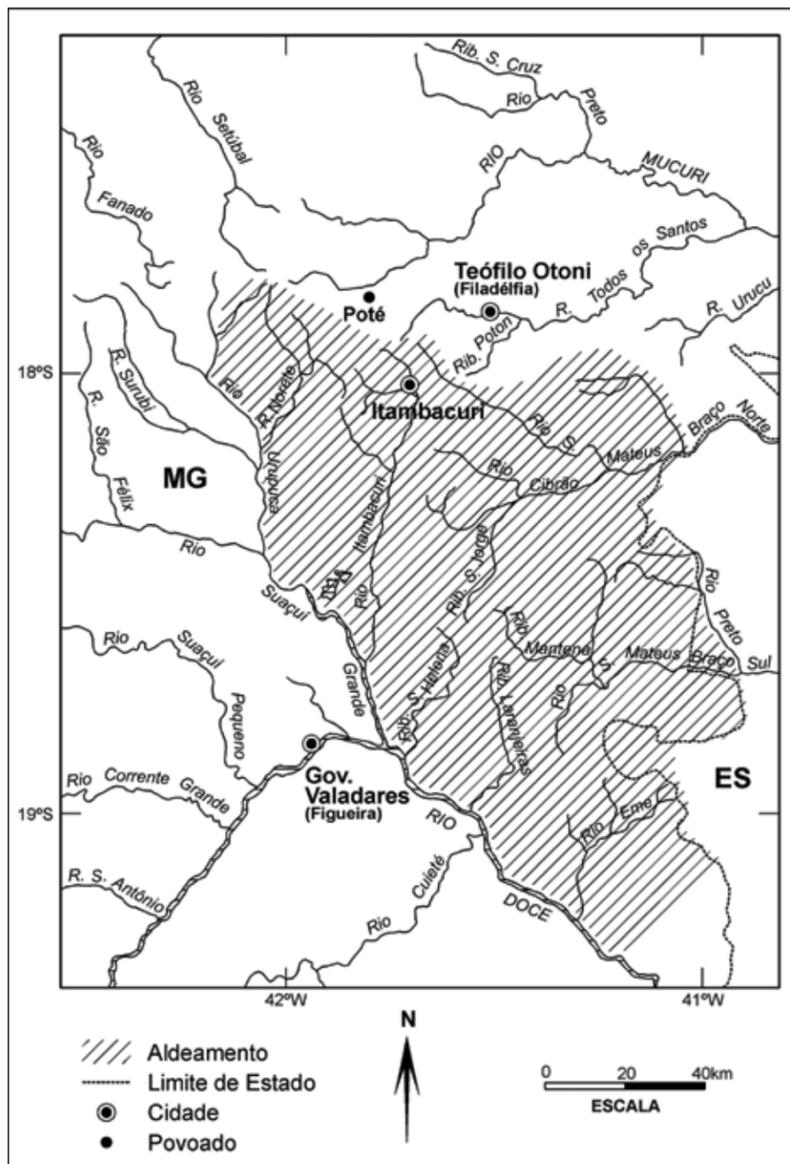
Segundo as notas biográficas de Pacó reunidas por E. Ribeiro (1996) por meio de informações recolhidas entre seus descendentes, após sua demissão, Pacó teria se “retirado para a vida nas matas” em busca dos “sinais de Nossa Senhora” e de pedras e riquezas, nunca encontradas. Nessa busca, ficaria cego de um olho (RIBEIRO, 1996, p. 195).

Em 1904, com idade em torno de 37 anos, Domingo Pacó, de acordo com seu manuscrito e com a memória oral de seus descendentes, voltaria novamente a ensinar as primeiras letras, tornando-se uma espécie de caixeiro-viajante do início da alfabetização na região, perambulando pelas fazendas. Em uma dessas andanças, viria a contrair a febre palustre que o vitimou no ano de 1935, quando contava 67 anos.

ENTRADAS E ESTRADAS DE PIONEIROS NORDESTINOS

A vida do professor Domingos Pacó atravessou dois séculos e acompanhou momentos críticos da nossa história, como a passagem do Império para a República e a abolição da escravidão. O estudo de sua trajetória revela ainda alguns dos dilemas da transição entre os mundos indígena e “civilizado”.

Filho do pioneiro baiano Félix Ramos da Cruz – que se refugiara com seus irmãos Joaquim e Francisco entre os indígenas das matas situadas entre os altos do Jequitinhonha, Mucuri e Doce, por temor de serem recrutados como soldados na Guerra do Paraguai, segundo as



Área aproximada da Jurisdição do Aldeamento de Itambacuri em 1873 | Fonte: Missagia de Mattos | 2004.

memórias de seu neto José Nunes⁷ – e da “bugra” Umbelina, Pacó era neto do memorável “capitão” Pohóc, imortalizado em seu manuscrito por seus grandes feitos.⁸

⁷ O depoimento de José Nunes foi colhido em 17 de junho de 2014 em sua residência, no município de Pescador, MG, estando ele então com 82 anos de idade.

⁸ Seus descendentes sabem da importância desta obra, à qual se referem como o “livro”

Em um outro manuscrito importante sobre a memória do Itambacuri, datado de 1915 e de autoria do vice-diretor da missão, Frei Ângelo de Sassoferato, o pai de Domingos Pacó seria caracterizado como “língua” “fiel”, casado com uma índia

ro” escrito pelo avô ilustre, responsável pela alfabetização de inúmeros indivíduos na região.

“valente”, “exímio atirador e manejador do arco e da flecha e conhecedor perfeito de todos os lugares frequentados pelos selvagens”.¹⁰

Ao descrever os episódios que se sucederam à revolta indígena ocorrida na missão em 1893, Sassoferato ressaltou o papel de Félix e Pacó, ambos atuando como intermediários entre os mundos em conflito. Nos dizeres do vice-diretor, foi no dia 29 de junho de 1893, festa de São Pedro, que

uns caridosos habitantes da vizinhança [...] desarranjaram os sediciosos das casas em que haviam se entrincheirado e fortificado, obrigando-os à retirada no perto bosque, donde pois os índios, pondo-se atrás das árvores, despediam nuvens de setas sobre os brasileiros [...] em uma luta [na qual] supõe-se que morreram mais de 20 indígenas e o frecheiro do missionário diretor e, ficando feridos diversos nacionais, pouco faltou que não fosse preso e morto o intérprete e seu filho [Félix Ramos e Domingos Pacó], que lhes foram oferecendo a paz e o perdão.¹¹

Pacó seria o primogênito de uma família de 20 irmãos, concebidos em

⁹ A imagem de “valente” de Umbelina Pacó, filha do chefe Pohóc, certamente não é fortuita e faz parte do estranhamento dos missionários e outros agentes interculturais coetâneos relativos à proeminência política e à proatividade das mulheres *Borum*. Para uma análise deste fenômeno, ver MISSAGIA DE MATTOS (2013).

¹⁰ Frei Ângelo de Sassoferato, ofm Cap. Synopse da Missão catechética dos selvicolas do Mucuri, norte do Estado de Minas Geraes. Esta Missão foi fundada em 1873, pelos Rev.mos Capuchinhos Seraphim de Gorizia e Ângelo de Sassoferato no centro das matas, distantes 36 quilômetros ao sul da cidade de Theophilo Otoni (antiga Philadelphia) (Arquivo dos Capuchinhos do Rio de Janeiro, 1915, p. 11).

¹¹ *Ibidem*.

dois casamentos de Félix Ramos da Cruz, sendo o segundo com outra indígena, de acordo com informações de seu próprio sobrinho Horácio, um comerciante na cidade de Campanário, filho da irmã mais nova de Domingos Pacó.¹² O sr. Horácio guarda consigo um documento com a assinatura do tio “famoso”, que ele fez questão de homenagear quando vereador do município de Campanário, dando seu nome a uma das ruas daquela cidade, onde consta haver falecido em junho de 1935, aos 68 anos. Aqui podemos perceber que a situação de marginalidade a que foi relegado Domingos Pacó após sua demissão – por ele abertamente considerada injusta – atualmente parece ter se deslocado para um lugar de destaque em sua parentela. Entre os descendentes do capitão Pohóc, por exemplo, existem hoje dois homônimos do professor indígena.

Uma outra “inconsistência” entre fatos da memória relatados pelo neto de Pacó refere-se à menção sobre a existência de apenas dois irmãos do bisavô Félix Ramos, enquanto o próprio professor indígena indica, em seu manuscrito, uma rede bem mais ampla de parentesco trasladada da Bahia para a região onde se instalara o famoso aldeamento. O manuscrito registra que Félix, após a vinda dos capuchinhos para Itambacuri em 1873, traria “para junto de

¹² Antiga localidade fundada pelos capuchinhos italianos com a designação *Igreja Nova*, pertencente aos domínios do “gigantesco” aldeamento do Itambacuri e estabelecido originalmente para o “descimento” dos “ferozes” *Pojichás*. Vicente Cruz, que autenticou o manuscrito de Pacó em 1942, declarou que seu autor havia ali falecido em junho de 1935. Segundo a memória de seu neto, o avô morreu de febre palustre em sua casa, no atual município de Pescador, após uma longa estadia pelas fazendas da região, onde costumava ensinar as primeiras letras.

si” “seu pai Rofino Ramos da Cruz e seus irmãos que eram 10”, produzindo, assim, um território amplo composto por redes de relação familiares dentro daquele aldeamento indígena.

É importante ressaltar que o “língua” Félix Ramos foi um dos principais mediadores das negociações entre missionários e indígenas para a identificação dos terrenos para o estabelecimento do Aldeamento Central Nossa Senhora dos Anjos do Itambacuri, criado pela Portaria do governo Provincial de 25 de janeiro de 1872, que ordenava o estabelecimento de “cinco grandes aldeamentos centrais, para neles se concentrarem os índios que vagueiam nos vales do Rio Doce, Mucuri, Jequitinhonha, Rio Pardo e Rio Grande”. A cada aldeamento corresponderia, segundo a portaria, um território de 30 quilômetros quadrados que, no caso de Itambacuri, nunca chegou a ser demarcado.

Convencer os indígenas existentes nas matas a juntarem-se em torno da obra dos capuchinhos constituía um dos principais desafios para o êxito do empreendimento, uma vez que os indígenas, em suas estratégias, poderiam se “aliar” também a outros atores, sobretudo a fazendeiros interessados no emprego de sua mão de obra na abertura das matas então gigantescas e demais trabalhos agrícolas, contrários à catequese missionária por motivos óbvios.

O local onde o sogro de Félix Ramos, o capitão Pohóc, se estabeleceu com sua gente já era conhecido pelo político e empresário Teófilo Otoni que, em virtude das atividades logísticas de sua Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri – uma concessão dada pelo governo

imperial em 1847 e extinta em 1861 – se tornou um exímio conhecedor da geografia e da localização dos indígenas daquela zona de fronteira. Otoni, de fato, chegou a discorrer sobre a situação do rio Tambacuri, afluente do Doce pelas cabeceiras da margem norte, onde se situavam aldeias de Botocudos “amansados” pela família do português Antônio Gomes Leal, responsável pelo importante quartel e aldeamento Alto dos Bois, estabelecido nas serras divisoras das águas dos rios Doce, Jequitinhonha e Mucuri desde fins do século XVIII.¹³

Em toda a documentação pesquisada, Alto dos Bois se apresenta como uma referência para o estudo dos povos indígenas de Minas por sua posição estratégica para a povoação regional, possibilitando rotas de trânsito entre as selvas que caracterizavam aquele ambiente. O trânsito dos indígenas por Alto dos Bois revela facetas da história da ocupação regional e da diversidade de povos que ali existiram em períodos anteriores (MISSAGIA DE MATTOS, 2012, 2018).

Situada nos atuais municípios de Capelinha, Minas Novas e Angelândia, Alto dos Bois abrangia vastos planaltos ou chapadões imediatamente anteriores aos vales dos rios vertentes para as três grandes bacias do Doce, Mucuri e Jequitinhonha.¹⁴

13 O português Antônio Gomes Leal estabeleceu-se desde as últimas décadas dos setecentos no Quartel Alto dos Bois com sua família extensa. Região de pastagens naturais e propícia à criação de gado, por ali passaram as boiadas, o gado cuja criação extensiva foi responsável, em grande medida, pelo desflorestamento e pela situação de devastação atual. Para uma análise mais detalhada, ver Missagia de Mattos (2018).

14 Hoje os chapadões são ocupados por latifúndios de café para exportação do grupo estrangeiro do Café Três Corações.

A vegetação na área de influência do Alto dos Bois, situada no divisor de águas dos Vales do rio Doce, Mucuri e Jequitinhonha, varia de resquícios de mata atlântica, manchas de caatinga, passando por “cerradão”, cerradinho e capoeira.

A denominação surgiu da prática dos condutores das boiadas que por ali passavam, encontrando uma situação favorável para o descanso e o pastoreio naqueles chapadões. Ponto de parada antes do reinício da penosa viagem através dos vales impenetráveis de florestas, daquelas altitudes a boiada seguia para fazendas abertas nos vales dos rios, após o trabalho árduo de desmate.

Assentado sobre as serras, desde o início do século XVIII, ainda que considerando a precariedade dos caminhos, Alto dos Bois articulava-se com a capital de Minas, e dali com o Rio de Janeiro e São Paulo, além de comunicar-se, através do Jequitinhonha, com o Recôncavo baiano e a cidade de Salvador (FERREIRA, 1999).

Tornando-se designação oficial, Alto dos Bois figura nos mapas mais antigos da Província de Minas e estava, em 1787, com cerca de três portugueses fazendeiros. Por situar-se em zona de passagem estratégica para viajantes e tropeiros e próximo à Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas da Contagem¹⁵ – importante vila mineradora

15 Minas Novas foi “descoberta pelo bandeirante paulista Sebastião Leme do Prado em 1727. A notícia do ouro correu o sertão e em pouco tempo havia se formado na região um povoado denominado Arraial das Lavras Novas dos Campos de São Pedro do Fanado, elevado à condição de vila em 1730, quando passou a receber o nome de Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas da Contagem. Minas Novas pertenceu ao território baiano até 28 de setembro de 1760. A região de Alto dos Bois se encontra no lugar que passou a ser denominado município de

no período – passou a abrigar, no ano de 1814, um destacamento dos “Dragões”, a 3.ª Companhia dos Dragões, com cerca de 30 soldados que lá permaneceram por décadas. O novo quartel foi estabelecido por decreto, de acordo com as táticas de guerra ofensiva ordenadas pela Carta Régia expedida em 1808 por D. João VI, fazendo parte da Sétima Divisão, criada em 1811, cujo comando se encontrava em São Miguel do Jequitinhonha.¹⁶

No relato abaixo, Otoni descreve os equívocos cometidos pelos engenheiros da Companhia de Navegação e Comércio do Mucuri (1847-1861) em uma tentativa de abertura da estrada que passava no lugar onde seria instalado posteriormente o Aldeamento Central do Itambacuri.

Em 1854 já tinham os Drs. Remígio Electo de Souza e João Batista Dias aberto uma picada de 10 para 12 léguas rumo leste-nordeste da cachoeira do rio Suassuí Grande. Calculavam achar-se perto das cabeceiras do Tambacuri, se não já nas nascentes do Todos os Santos e São Mateus, mas no ano seguinte verificaram que tinham errado nos seus cálculos. Em vez de terem se dirigido do Itambacuri para as águas do S. Mateus, tinham passado para as do Laranjeiras, afluente do Rio Doce. Nas cabeceiras do Tambacuri um homem de nome Joaquim Fernandes já tinha suas plantações (OTONI, “Relatório apresentado aos acionistas da Companhia do Mucuri”, 56, p. 7 citado em TIMMERS).

Minas Novas, em 1840.

16 Ver Missagia de Mattos (2017).

Este trecho do relatório de Otoni elucida a existência de um colono entre os índios do Tambaquari, de nome Joaquim Fernandes, noticiada por frei Serafim de Gorizia por ocasião da fundação do aldeamento central Nossa Senhora dos Anjos de Itambacuri.¹⁷

A presença da figura influente de Joaquim Fernandes entre os índios no Tambacuri, noticiada por Teófilo Otoni em 1856 e pelos missionários em 1873, desaparece da correspondência dos missionários. Contudo, segundo apurou o historiador E. Ribeiro (1996, p. 189), seriam os dois Joaquim Fernandes, pai e filho, os responsáveis pela chacina do subgrupo Botocudo Potón, aldeado na Colônia Militar do Urucu, ocorrida em 1870. Por último, teriam os Fernandes refluído para a exploração dos Maxakalis, expropriando-lhes o território.

Já o “língua” Félix Ramos, ao contrário, tornar-se-ia um dos protagonistas da fundação e abertura do aldeamento indígena do Itambacuri aos chamados “nacionais pobres”, após unir-se em matrimônio com Umbelina Pahóc, filha do líder indígena de uma “confederação” *Nak-nenuk*¹⁸ ali sediada. Este casamento

17 A família Fernandes, de “caboclos pioneiros”, iria estabelecer laços de parentesco com os Gomes Leal, da região de Alto dos Bois. A relação destas famílias com os indígenas conforma aspectos particulares da história dos índios em suas estratégias políticas de alianças com os colonos. Talvez a família Pêgo tenha sido a que tenha ganhado notoriedade entre os responsáveis pela política de “brandura” do Regulamento das Missões, que os perseguiram e aprisionaram enquanto “sedutores” dos índios (MISSAGIA DE MATTOS, 2006).

18 Designação genérica vastamente utilizada no período da Companhia do Mucuri, de Teófilo Otoni, para designar os grupos Botocudos considerados “mansos” e articulados politicamente, dispostos ao “comércio” com os colonos, em contraste com seus inimigos, Gíporok e Pójichá, também composto por

seria o primeiro a ser celebrado na missão de Itambacuri (MISSAGIA DE MATTOS, 2004), entre tantos outros “mestiços” que o sucederiam, considerando a estratégia de atrelamento da produção de casamentos mistos à tarefa “civilizatória” dos missionários, o que contribuiu para a desterritorialização dos indígenas.

O ofício do diretor de índios na cidade de Minas Novas, José Silvério da Costa, no ano de 1870, confere visibilidade aos conflitos de terra então existentes, bem como aos atores presentes naquele concerto interétnico, entre os quais se destacam os “línguas” Joaquim Fernandes e Félix Ramos, envolvidos em disputas de morte pela associação com os indígenas e interesse em seus territórios. O contexto claramente era o da regulamentação das propriedades fundiárias, em consonância com a Lei de Terras, promulgada em 1850.

Camilo Gomes Leal e seu irmão Domingos Gomes Leal,¹⁹ unidos a um homem de perversos costumes e perito mestre da língua dos índios, de nome Joaquim Fernandes, com inteira infração da lei de terras, introduziram-se na mata e tomaram posição nas imediações do grande aldeamento do Pontarat. Escravizando completamente os índios, deles se tem servido não só para os seus trabalhos rústicos, como ainda para instrumento de seus crimes. Com eles mataram há tempos a Antônio Ramos e flecharam a Félix Ramos, expeliram diversas famílias e as roubaram. [...]

uma rede de subgrupos Botocudos (MISSAGIA DE MATTOS, 2005).

19 Descendentes do português Antônio Gomes Leal, diretor de índios do Quartel de Alto dos Bois.

Neste estado levantaram-se contra a lei e acoitavam-se nas matas, unidos aos índios, sendo impossível qualquer diligência para apreendê-los. [...]

Retirar da propriedade dos índios tais pessoas importa tanto como prevenir os crimes, já cometidos por eles, porque evita-se a reprodução de maiores talvez, por isso apresso-me a levar ao conhecimento de V. Excia. estes fatos, sobre os quais providenciará como entender vossa sabedoria²⁰ (ênfases introduzidas).

De forma curiosamente “mestiça”, utilizando-se de instrumento indígena, Joaquim Fernandes iria flechar Félix Ramos, após ter matado seu irmão Antônio.

Outro interessante manuscrito, de autoria do coletor Arnaldo Freire, foi localizado pelo franciscano holandês frei Olavo Timmers (1969, p. 27v) em sua pesquisa nos arquivos regionais, realizada no ano de 1962. O precioso livro, que também contém reprodução do manuscrito de Domingos Pacó, é fruto de minucioso trabalho de pesquisa realizado pelo franciscano e publicado em 1969, por ocasião do centenário de nascimento de Teófilo Otoni.²¹

Elaborado “segundo lembranças de Adolfo Gomes Colen e outros descendentes dos Gomes Leal”, o documento informa que “sob o poder do capitão Poté (Mumbuca) estavam ao

20 Ofício enviado ao diretor geral dos índios da Província pelo diretor parcial tenente-coronel José Silvério da Costa (s/d. SP 1379, 1870. Arquivo Público Mineiro).

21 “O Mucuri e o Nordeste Mineiro no passado e seu desenvolvimento segundo documentos e notícias recolhidas por Frei Olavo Timmers ofm em lembrança do 1000 aniversário de Teófilo Benedito Otoni. 1869 – 17 de outubro de 1969” (TEÓFILO OTONI. Datilografado com emendas manuscritas. 535 fls. Arquivo Público Mineiro).

sul e oeste do Mucurizinho (um dos dois braços das cabeceiras do Mucuri) os Karakatans; ao norte e leste os Paranãs e Mocotis (?); no centro os Paranãs e Tamboris”. Seriam esses “índios do capitão Poté”, segundo o coletor, os “mansados”, antes da vinda de Otoni, por Antônio Gomes Leal, o filho. Seriam também esses os primeiros a serem aldeados em 1873 por frei Serafim de Gorízia, em Itambacuri.

Sobre esses eventos também discorre Domingos Pacó em seu manuscrito.

No ano de 1870 o Sr. José Silvério da Costa, diretor civil de índios estacionável na cidade de Minas Novas, e o Sr. Cassimiro Gomes Leal, nas matas da Trindade, desejaram conhecer os índios a fim de os agradar e por intermédio do língua o Sr. Felix Ramos da Cruz, os ditos Srs. obtiveram a desejada pretensão de os ver em número de mais ou menos 90 a 100 índios, os quais seguiram comandados pelo Capitão Pohóc, viagem esta que fizeram por muitos dias. Depois desta primeira viagem o dito língua, Felix Ramos, em 1871, foi novamente chamado pelo Srs. Diretores Civis Antônio da Costa Ramos e Cap.m Leonardo Esteves Otoni em Philadelphia (hoje a cidade de Theophilo Otoni) de levar os índios à presença deles, para reformas de conhecimento, agrados e outros, etc. (PACÓ, 2014).

Sob o comando de seu avô Pohóc – aprendemos no relato de Pacó – assentava-se um vasto território configurado por meio de uma rede de alianças entre diversos grupos indígenas. Segundo ele, o “Capitão Pohóc era chefe da numerosa tribo Crakacatâm, Mocurim e Nhãnhã”,

cujos membros eram falantes da língua *Borum* e que para ali refluiam com o avanço da colonização do Mucuri. Pacó denominou aquele lugar como o “berço gigantesco” AMNHIMMRÁ – onde seria criado o “belo e amado Itambacuri”. Esse processo se encontra detalhadamente descrito na memória do Aldeamento do Itambacuri, intitulado por Pacó Uma Pequena Narração ou Origem; de Como foi Descoberto o Itambacuri =1873=. O manuscrito foi oferecido em 1929 ao “Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Doutor Reynaldo da Silva Pôrto Primo” – que no ano anterior havia publicado sua obra sobre a história de Teófilo Otoni (PÔRTO, 1928) – em um manifesto interesse de que viesse a ser publicado “para divertimento e curiosidade de alguns... e que seria eu também um deles a apreciá-la”. Infelizmente Pacó, por sua condição marginal, da qual tinha plena consciência e considerava injusta, não chegou a ser cumprido este seu intento.

O depoimento do neto de Domingos Ramos Pacó – que ainda se recorda do enterro do avô, quando ele contava apenas 4 anos de idade – baseou-se principalmente nos relatos de sua avó indígena Zulmira Jupetipe, bem como no de sua mãe e tia, ambas filhas de Domingos Pacó, cujas fotografias reproduzo abaixo.

Parte da descendência próxima do antigo professor forma hoje uma comunidade indígena no sítio denominado Córrego do Pezinho, município de Campanário. Antigo território da missão do Itambacuri, esta comunidade obteve reconhecimento oficial do órgão governamental como povo indígena Mocurim. Neste caso, percebe-se que os indígenas permaneceram nas terras do antigo aldeamento, apesar do destino

da maioria das outras pequenas propriedades em que se subdividiu tenha sido a absorção pelas grandes fazendas de gado que ali se estabeleceram ao longo do século XX, forçando a migração dos indígenas para as zonas periféricas e favelas da cidade de Itambacuri.

As terras onde hoje vivem os Krenak também pertenceram ao aldeamento, que englobava a parte norte do rio Doce na Província de Minas, incluindo ainda um território que passou a ser contestado por décadas a fio entre os estados de Minas e Espírito Santo, numa guerra por território que contabilizou muitas mortes.

José Nunes ainda se lembra da morte e do velório do seu avô, apesar de sua tenra idade. Segundo ele, seu avô Domingos Pacó costumava ausentar-se por períodos de até seis meses, ensinando as primeiras letras nas fazendas da região. Andava sempre a pé, quando finalmente adoeceu na localidade chamada São João, retornando para a casa com febre palustre, da qual viria a falecer.

José Nunes conviveu mais tempo com a avó, Zulmira Jupetipe, da etnia Aranã, nascida na localidade Cachoeira dos Aranãs, hoje município de Frei Gaspar, também antigo território da missão. Em virtude dessa convivência, José Nunes aprendeu algumas palavras na língua *Borum*, além das diversas histórias sobre o avô e o bisavô.

A história que relatou sobre a chegada dos irmãos baianos para a convivência com os *Borum* é rica em detalhes, demonstrando, por exemplo, o roteiro migratório a partir da Bahia, seguindo pela via do Jequitinhonha até o Alto dos Bois.

O neto relatou como o bisavô Félix e dois dos seus irmãos chegaram



Maria e Noêmia. Filhas de Domingos Pacó e Zulmira Jupetipe. Acervo da família. Pescador, Minas Gerais | 2015.

na região onde habitava o numeroso povo indígena, escondendo seus pertences, como roupas e armas, em um “oco de pau” na floresta da região. Desta maneira, despidos, foram aprisionados pelos guerreiros chefiados por Pohóc. O aprendizado da língua ocorreu lentamente pela necessidade de se comunicar. A confiança dos indígenas seria conquistada pelos irmãos Ramos da Cruz após compartilharem a localização de suas armas, que logo foram utilizadas para a caça, tornando-se motivo de alegria e festa. Daí, a celebração da amizade entre Pohóc e Félix não tardaria, consagrando-se com a união deste com Umbelina, filha do líder indígena. O mesmo iria ocorrer com seus irmãos, que por ali

também se estabeleceram. Segundo o relato de Pacó, a chegada de seu pai teria ocorrido no ano de 1866, em data posterior, portanto, à informação reportada por Teófilo Otoni da existência de outro “caboclo pioneiro” entre os indígenas, que iria atentar contra a vida dos irmãos, ferindo Félix e matando Antônio. O caboclo Joaquim Fernandes foi acusado de escravizar os índios e atentar contra a Lei de Terras, vigente desde 1850. Félix Ramos parece ter se livrado de acusações como esta, ao colaborar para a implantação do Aldeamento naquela região indígena, para onde, posteriormente, trasladaria a sua família baiana.

O ALDEAMENTO E A CRÍTICA DE PACÓ

Quando, em 1893, o aldeamento do Itambacuri (1872-1911), dirigido pelos capuchinhos Serafim de Gorízia (1829-1918) e Ângelo de Sasserato (1846-1926) – considerado o mais bem estabelecido aldeamento imperial entre os regidos pelo Decreto n. 426 de 1845 – gozava de uma situação de prosperidade e boa reputação junto aos governos central e provincial do Império brasileiro, o diretor geral dos índios da Província de Minas, Antônio Alves Pereira da Silva descreveu em relatório suas instalações. Estas compreendiam três capelas, duas escolas primárias,

uma “prisão correcional”, uma casa de hospedagem, além de engenhos, alambiques, moinhos e monjolos. A “quinta” com árvores frutíferas e pés de cacau e café em fase de produção, ladeada pela casa dos missionários, e as pastagens “verdejantes” para alimentar o gado e demais animais também eram incluídas na listagem dos edifícios que haviam sido “construídos pelos padres diretores do aldeamento e pelos obreiros do lugar, índios e nacionais pobres”. Consta do documento que

[...] O aldeamento do Itambacuri, talvez o mais importante deste país, tem prosperado de maneira tal que possui hoje uma grande população que impulsiona uma imensa lavoura, talvez a primeira daquela zona que é por excelência agrícola. Em seu seio contam-se 42 engenhos movidos a bois, além do engenho de ferro, acima mencionado. Estes engenhos fabricam grande quantidade de rapadura, açúcar e aguardente que abastece a cidade de Teófilo Otoni que por sua vez exporta grande parte destes produtos para a estrada de ferro “Bahia e Minas”. A cultura de cereais é importantíssima, pois [...] é o Itambacuri o inesgotável celeiro da cidade de Teófilo Otoni.²²

Poucas semanas após a fundação da missão, frei Serafim de Gorizia (1829-1918) escreveu ao diretor geral dos índios que cerca de 70 jovens já frequentavam a escola do aldeamento de Nossa Senhora dos Anjos do Itambacuri. Esta escola logo passaria

a receber alunos não indígenas, de acordo com a estratégia do diretor do Itambacuri de promover a sociabilidade dos indígenas no âmbito das relações com a população regional.

Segundo a Sinopse da missão elaborada pelo vice-diretor do Itambacuri, consistia o ensino nas escolas “na instrução primária, no catecismo, trabalhos manuais e da lavoura”. Pouco tempo depois de fundadas, encontravam-se as escolas repletas de “meninos e meninas das duas raças”.²³

Durante os cinco primeiros anos seria o sargento Torquato de Souza Bicalho, ex-combatente da guerra do Paraguai, o professor contratado para a missão. Em 1881, passou a funcionar uma escola somente para as meninas e moças, dirigida por Romualda Órfão de Meira – talvez indígena ou mestiça – contratada especialmente pela Diretoria Geral dos Índios da Província por sua experiência de lecionar para os indígenas da Província do Mato Grosso. Domingos Pacó, por sua vez, filho de Umbelina Pohoc e do intérprete Félix Ramos da Cruz, tornara-se professor bilíngue em 1882, lecionando durante os 19 anos seguintes, quando seria demitido pelos missionários, que contrataram, em 1901, um professor branco, o músico Emanuel Pereira, casado com índia, que recebera dos índios a alcunha *Tangrins*.²⁴

Nos primeiros anos do estabelecimento, o modelo de ensino

²³ Frei Ângelo (Arquivo dos Capuchinhos do Rio de Janeiro, 1915, p. 17-18.).

²⁴ *Tangrins* – nome que, em botocudo, significa *músico* – e sua esposa indígena são os pais do capuchinho frei Serafim Pereira, importante arquivista da Ordem capuchinha em Roma e autor de uma obra sobre a história das catequeses e dos missionários capuchinhos (cf. PEREIRA, 1996).

adotado contava com ampla participação dos indígenas, os quais, uma vez alfabetizados, transformaram-se em professores e monitores em sala de aula, como foi o caso da professora Delfina Bacán Aranã, sucessora de Romualda após o falecimento desta por tuberculose. Delfina, por sua vez, também designou suas discípulas indígenas como ajudantes no ensino.

A professora de misteriosa origem Romualda Órfão de Meira, mencionada como indígena em algumas referências, lecionou durante 18 anos para as jovens indígenas e nacionais do aldeamento, após o que veio a falecer na missão, tuberculosa, tendo sido substituída pela “filha das selvas” Delfina Bacán de Aranã.

Esse modelo sofreria um golpe mortal no início da República com a introdução do aprendizado agrícola e a construção do asilo para as indígenas “órfãs”, administrado por missionárias italianas enviadas ao Itambacuri por meio de incentivos concedidos pela política educacional do novo governo. O relatório da inspeção técnica do ensino de janeiro de 1907 fornece detalhes do funcionamento da escola em Itambacuri. À época, havia separação entre os sexos, instaurada em 1881. Os meninos se encontravam a cargo do professor Manoel Pereira Tangrins, brasileiro que substituiu o professor bilíngue.

Os recursos gerenciados pelos missionários diretores provinham, inicialmente, dos governos imperial e provincial. Os recursos da Província, no entanto, não tardariam a cessar perante os clamores e as representações políticas que denunciavam os missionários de todos os aldeamentos, exigindo emancipação. Os recursos do governo imperial seriam mantidos

até que, proclamada a República, o Itambacuri, sob a administração da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Governo do Estado de Minas Gerais, tornou-se uma Colônia Indígena.

O centro do estabelecimento distava 38 quilômetros ao sul da cidade de Teófilo Otoni, estendendo-se sobre os vales dos “ribeirões Itambacuri e Norethe, nas vertentes do rio Tambaquari, e pouco longe das do rio São Mateus”.²⁵ A beleza e “uberidade” do local seriam evocadas constantemente em toda a documentação, tanto dos missionários como dos seus administradores civis. A descrição dos terrenos do aldeamento por seu fundador e diretor, frei Serafim de Gorizia, de caráter apologético, deixa entrever seu visionário projeto, ao mesmo tempo “redentor” e “civilizatório”, subsumido na instalação da missão.

No centro de uma imensa mata virgem sobre os ribeirões Itambacuri e Norete, e as vertentes do rio Tambaquari que despenham-se todos os três por bonitas cascatas, sendo uma destas de uma altura extraordinária e tem mui perto, do lado norte, as cabeceiras do rio S. Mateus e ao sul as matas de Aranan e Catulé, passando pelo meio em terras limítrofes do rio Doce a corrente do dito Tambaquari: a leste estende-se a imensa mata banhada do rio S. Mateus, com todos os seus afluentes, tendo finalmente a oeste o de Malacacheta e de Urupuca (Trindade e Alto dos Bois) (PACÓ, 2014).

²⁵ Frei Serafim de Gorizia. Resposta anual aos quesitos da Diretoria Geral dos Índios, 1882. Arquivo Geral da Ordem, Roma.

No ano de 1882, época florescente do aldeamento, povoações de índios e nacionais espalhavam-se nos “ribeirões de Nossa Senhora dos Anjos”, ou seja, os afluentes do Tambaquari e das cabeceiras do S. Mateus. O aldeamento constituía, então, um “ponto de centro do desenvolvimento de uma população nova e espalhada, e da lavoura dispersa sobre a superfície talvez maior de 20 quilômetros em quadro”. O que antes era “mato virgem”, “abrigo de índios e feras”, transformava-se em “vasto, salubre e ubérrimo território, muito próprio para toda cultura e indústria agrícola”.²⁶

No alvorecer da república, o Itambacuri assemelhava-se a um grande “celeiro”, que recebia migrantes da seca do Nordeste que assolava por anos seguidos, atingindo também o Mucuri. Pela abundância de águas que banhavam o aldeamento, Itambacuri não sofria com a seca. Porém, as doenças trazidas por povos de procedências diversas passaram a assolar a população indígena, configurando uma perspectiva trágica para seu futuro, principalmente se se considerar que os nacionais e os imigrantes, que não tardariam a lá também se estabelecer, iam conquistando as melhores terras, algumas das vezes “comprando-as” dos índios a troco de quinquilharias e aguardente.

Após a rebelião de 1893 envolvendo os 2 mil “índios civilizados” do Itambacuri, o estabelecimento sofreria uma completa reestruturação. Grande parte dos índios, perseguida por reforços armados, morreria

²⁶ Relatório do diretor do aldeamento central do Itambacuri, frei Serafim de Gorizia, ao diretor geral dos índios. 05 de julho de 1882. Gav. 20. Pasta II. Doc. 26. Arquivo dos Capuchinhos do Rio de Janeiro.

em fuga. Outros tantos adentraram novamente nas matas e não mais retornaram.

A memória social reteve o trauma desta perseguição e das chacinas contra os indígenas realizadas rotineiramente em forma de emboscadas feitas por fazendeiros, que os atraíam com promessas de distribuição de comida para depois os fuzilarem. Há vários documentos que descrevem desta maneira eventos realizados nos séculos XIX e XX e não surpreende que esta descrição ocorra da mesma maneira nos relatos de memória na região do antigo aldeamento.

Entre os Krenak contemporâneos, também assentados no vasto território do Itambacuri, o massacre do *Kuparak*, por exemplo, é lembrado com riqueza de detalhes e emoção, de acordo com o mesmo *modus operandi* relatado pelo sr. José Nunes, neto de Domingos Pacó, segundo o qual os indígenas, uma vez atraídos pela promessa de distribuição de carne, garapa e batata, são encurralados nas fazendas e depois executados. No massacre do *Kuparak*, ocorrido em janeiro de 1923, foram nove os *Borum* da Aldeia Bonita (*quijeme breck*) executados no local denominado *Kuparak* (onça), além dos sete feridos e muitos que se dispersaram após o episódio, relatado pela própria administração do posto indígena Guido Marlière. Este massacre resultou de conflitos registrados desde a criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPITLN) entre os índios e os trabalhadores da empresa encarregada da fundação do núcleo “Bueno Brandão”, para colonos agrícolas estrangeiros (MISAGIA DE MATTOS, 1996).

²² Relatório do diretor geral dos índios, Antônio Alves Pereira da Silva, ao secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais. 04 de novembro de 1893 (SG 25, p. 84v-85. Arquivo Público Mineiro).

A imagem do indígena, no interior das relações interculturais do aldeamento, desvalorizou-se após a revolta de 1893 a ponto de nem mesmo a língua poder ser pronunciada pelos que permaneceram, fiéis e convertidos. Até hoje os habitantes locais se envergonham da ascendência indígena, alegando que os índios tentaram matar os venerados padres. O próprio frei Serafim relatou ao bispo por ocasião de sua visita de 1902 que “tinha alguma coisa apontada para um Dicionário e Gramática sobre a língua indígena”, porém “após o flechamento rasgou tudo”.²⁷

Algumas providências seriam adotadas pelos missionários durante a revolta de 1893, algumas delas a conselho dos políticos responsáveis pela aprovação das dotações públicas destinadas à colônia indígena, como a distribuição das meninas indígenas da escola entre os moradores da cidade de Teófilo Otoni, uma vez que se temia o retorno dos índios revoltosos, refugiados nas matas após o flechamento dos missionários, para “raptá-las” da catequese (GORIZIA citado em PALAZZOLO, 1973 [1954], p. 191).

Pode-se inferir, inclusive, que a demissão do professor indígena tenha sido imposta sob um novo conjunto de regras relativas à administração escolar dos índios adotado nos primórdios da República, se considerarmos o relatório de inspeção do engenheiro Pedro José Versiani, após o episódio da revolta, dirigido ao inspetor de terras e colonização do estado de Minas Gerais. Favorável à continuidade da catequese, o parecer do engenheiro continha

recomendações expressas para o funcionamento escolar, como a organização de uma banda de música, para a qual deveriam ser enviados pelo governo “um professor habilitado e os instrumentos precisos”.²⁸

É importante destacar que o referido engenheiro, responsável pela construção de estradas na região, não poderia estar isento em sua avaliação. Empreendedores de obras diversas naquela zona pioneira, os engenheiros, com frequência, se beneficiavam com a legalização de posses ao longo das estradas.

Nos poucos anos em que a presença indígena na Escola Santa Clara foi computada diferenciadamente, a presença oficial de índios na colônia indígena do Itambacuri deixava de ser reconhecida oficialmente, passando os índios a serem registrados de forma homogeneizada e individualizada enquanto “nacional”, de acordo com a espécie de sentimento patriótico que a escola deveria supostamente incutir nos alunos. Paralelamente à sua incorporação nos documentos enquanto “nacionais”, os sobrenomes étnicos dos índios aldeados seriam também abandonados.

Em suas memórias sobre a fundação de Itambacuri, o professor indígena demitido conseguiu veladamente tecer uma crítica ao modelo catequético adotado na missão e ao destino dos seus índios, ao mostrar como, com o decorrer do tempo, de atores principais seriam os intérpretes “línguas” alijados de suas funções dentro da Colônia e

desconsiderados enquanto agentes interculturais.

O trecho do manuscrito abaixo, censurado na cópia existente no Arquivo dos Capuchinhos em Itambacuri, consta da versão transcrita por Olavo Timmers.

Os atuais professores ali existentes não se empenham e nem sabem o idioma indígena, a fim de os instruir, quer indígenas, quer nacionais, e pouco esforço faz[em] a respeito destes pobres, que vivem na maior obscuridade, vivendo eles da forma que podem no pedantismo da verdadeira ignorância, e aproveitando das suas simplicidades por não ter[em] a quem manifestar, dizem e afirmam sempre que não há mais índios no Itambacuri, e que tudo é fábula, ainda mesmo que fosse fábula, perguntam-nos aqueles que os viram e conheceram o princípio daquele, certamente haverá ainda alguns deles (PACÓ, 1914 [1996], p. 204).

A censura do trecho do manuscrito, em si, tem muito a dizer, porque é justamente a crítica “petulante”, ainda mais da parte de um indivíduo de “raça” inferior, que os missionários não poderiam levar em consideração, assim como não levaram em consideração o próprio autor.

O DESTINO DE PACÓ E O DESAPARECIMENTO DOS INDÍGENAS DA MISSÃO

O “poder tutelar”, como demonstrou Antônio Carlos de Souza Lima (1995), desempenhou um papel de extrema importância no movimento de transformação dos indígenas nesta transição para a “nacionalidade” brasileira e se baseia no deslocamento da situação original destes povos que, após o contato, passaram a ser imersos em uma nova hierarquia, cujos novos códigos não dominavam. Por meio da tutela dos indígenas, o Estado passou a se assestar dos espaços e produzir representações sobre aqueles que não eram tomados como “nacionais” de forma suficiente.

Em que pesem as diferenças entre os sistemas de aldeamento administrados pelos missionários capuchinhos a partir da segunda metade do século XIX no Brasil e pelo órgão posteriormente criado pelo governo republicano para a “pacificação” dos indígenas, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, ambos convergiram no papel que assumiram de impor aos indígenas novas hierarquias e códigos que os transformaram em párias, na medida em que passaram a ser vistos como representantes de um passado “fetichista” da humanidade que cabia aos governantes eliminar por meio da sujeição à disciplina do trabalho rural.

Pacó foi testemunha das intensas transformações ocorridas naquele fim de século e de mudança de regime político, passando pela abolição da escravidão africana em uma nação que se fundava sob um regime hierárquico com fundamentos

raciais e sob a narrativa da extinção do indígena.

Interessante notar como o relato de Domingos Pacó contrasta com o dos missionários em relação à descrição da selva, por ele não considerada como inimiga, doentia, ou “hedionda”, mas como lugar de “recreação” para os indígenas. O professor indígena fazia questão de lembrar, afinal, que todos aqueles córregos, rios e serras já tinham um nome em língua indígena antes da chegada dos missionários e sua posterior renomeação, e que toda a zona fora povoada por nações bravas e seus guerreiros. Possuidor de uma memória transformada em “inútil” sobre a região, assim como sobre os diversos indígenas que participaram ativamente da atividade missionária nos primeiros tempos da missão, Pacó demonstra em seu relato sua situação de solidão e isolamento.

Sua história diferenciada não lhe permitia sentir-se inteiramente integrado à sociedade não indígena, imbuída da tarefa de transformação e destruição da memória das selvas do Mucuri. Tampouco poderia ser considerado “índio”, devido ao sucesso autoproclamado da “civilização” promovida no aldeamento, transformada em Colônia Mista após a criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN) em 1910, quando, inspecionada por autoridades do governo republicano, não seria mais identificada a presença de indígenas no local.

No relato de Pacó sobressai seu domínio discursivo dos símbolos da conversão indígena. Um dos aspectos mais fascinantes do seu manuscrito é o fato de dissimular, sob uma linguagem hiperbólica e apologetica da ação dos capuchinhos e da

conversão, uma perspectiva nativa e prática das falhas da catequese indígena. No limite, a memória da fundação deixada por Pacó pode ser lida como uma denúncia ao trabalho dos capuchinhos por sua pedagogia excludente e pelo apagamento deliberado da existência da população indígena no ensino escolar, bem como em face dos órgãos governamentais.

A exclusão do indígena “puro” – no limite, incorrigível – fez parte da lógica colonizadora e civilizatória que pautou a catequese do Itambacuri, da mesma forma que os mestiços gerados no empreendimento missionário seriam incorporados às camadas inferiores da sociedade naquela zona pioneira, ou seja, a dos trabalhadores rurais despojados de terra.

27 D. Joaquim Silvério de Souza. Livro de visita pastoral (1902-1907). Arquivo dos Capuchinhos em Itambacuri.

28 Ofício do Dr. Pedro José Versiani ao Inspetor de Terras e Colonização do Estado de Minas Gerais. 10 de outubro de 1893. Gav. 20. Pasta I. Doc. 21. Arquivo dos Capuchinhos no Rio de Janeiro.

referências bibliográficas

BALDUS, H. *Ensaio de Etnologia Brasileira*. São Paulo: Editora Nacional, 1937.

FERNANDES, F. Tiago Marques Aipobureu: um bororo marginal. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, v. 19, n. 2, 2007 [1946].

LIMA, Antonio Carlos de Souza. Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

MISSAGIA DE MATTOS, I. Colonization, Mediation, and Mestizaje in the Borderlands of Nineteenth-Century Minas Gerais, Brazil. In: RADDING, C.; LEVIN, D. (eds) *The [Oxford] Handbook of Borderlands of the Iberian World*. New York: Oxford University Press, 2019.

_____. Povos dos Altos Rios Doce, Jequitinhonha, Mucuri e São Mateus (Minas Gerais): paisagens de “perigos” e “pobreza”, transformações e processos identitários. *RBHCS*, 2018.

_____. Pacificação dos Indígenas nas Minas Oitocentistas e seus significados para a nacionalidade brasileira em formação. In: BARRETO, A. et al. *Pacificação: o que é e a que se destina*. Rio de Janeiro: Ed. Alameda, 2017.

_____. Considerações sobre política e parentesco entre os Botocudos (Borún) do Século XIX: uma interpretação da articulação de uma rede social e simbólica. *R@U Revista de Antropologia da UFSCar*, v. 5, n. 1, p. 82-96, jan.-jun. 2013.

_____. A presença dos Aranã nos Registros Históricos. *Habitus*, 3, n. 1, 2005a.

_____. Os Etnônimos e a “descanibalização” dos Botocudos. *Estudios Latinoamericanos*, p. 103-132. Varsóvia-Poznan (Polônia): Sociedad Polaca de Estudios Latinoamericanos, 2005b.

_____. *Civilização e Revolta: os Botocudos e a catequese na Província de Minas*. Bauru: Edusc, 2004.

_____. *Borum, Bugre, Kraí: a constituição da identidade e memória étnica Krenak*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UFMG, 1996.

PACÓ, D.R. “Hámbric anhamprán ti mattâ nhiñchopón? 1918”. In: RIBEIRO, Eduardo (org.). *Lembranças da Terra: histórias do Mucuri e Jequitinhonha*. Contagem: Cedefes, 1996 [1918]. p. 198-211.

PALAZZOLO, J. *Nas Selvas dos Vales do Mucuri e do Rio Doce*. Como surgiu a cidade de Itambacuri, fundada por Frei Serafim de Gorizia, Missionário Capuchinho (1873-1952). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973 [1954].

PEREIRA, S.J. ofm Cap. *Missionários Capuchinhos: nas antigas Catequese Indígenas e nas sedes de Rio de Janeiro, Espírito Santo e Leste de Minas (1840-1997)*. Petrópolis: Vozes, 1998.

PÔRTO, R.O. *Notas Históricas do Município de Teófilo Otoni*. Teófilo Otoni: Ed. do autor, 1928.

RADDING, C.; LEVIN, D. *Borderlands of the Iberian World: Environments, Histories, Cultures*. New York: Oxford University Press, 2019. RIBEIRO, E. *Lembranças da Terra: histórias do Mucuri e Jequitinhonha*. Contagem: Cedefes, 2006.

SASSOFERRATO, Frei Ângelo de, ofm Cap. Synopse da Missão catechética dos selvicolas do Mucury, norte do Estado de Minas Geraes. Esta Missão foi fundada em 1873, pelos Rev.mos Capuchinhos Seraphim de Gorizia e Ângelo de Sassoferrato no centro das matas, distantes 36 quilômetros ao sul da cidade de Theophilo Ottoni (antiga Philadelphia), 1915. p. 11. Arquivo dos Capuchinhos do Rio de Janeiro.

SWEET, David G.; NASH, Gary B. (eds.). *Struggle and Survival in Colonial America*. Berkeley: University of California Press, 1981.